

Definições, dimensões e determinantes da parentalidade

Ricardo G. Barroso¹, Carla Machado²

É esperado que os progenitores/cuidadores facilitem o desenvolvimento dos seus descendentes ao nível físico, psicológico e social. Ao conjunto de tarefas necessárias para este efeito deu-se o nome de parentalidade, isto é, à prática ou acção de educação, à forma (processo) como os progenitores/cuidadores cuidam do seu filho. No entanto, alguns factores poderão condicionar, e até comprometer, estes comportamentos e tarefas. Este artigo procura apresentar estas dimensões e determinantes da parentalidade, providenciando uma grelha de análise e de avaliação das capacidades e competências parentais para efeitos de investigação e de intervenção.

PALAVRAS-CHAVE: Parentalidade; Práticas parentais; Desenvolvimento da criança.

1. Parentalidade: definição e conceptualização

A Convenção dos Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1990) preconiza, no seu artigo 27º, que é da responsabilidade parental e de outros cuidadores assegurar, de acordo as suas competências e capacidades financeiras, as condições de vida necessárias para o desenvolvimento da criança. Histórica e politicamente, é esperado que os progenitores facilitem o desenvolvimento dos seus descendentes ao nível físico, psicológico e social. É dentro deste princípio que na comunidade científica se aborda o conceito de “parentalidade” e se desenvolve o estudo dos processos e actividades parentais.

O uso deste termo na comunidade científica é recente, começando em países anglófonos, mas alargando-se rapidamente para outros países. Em relação à disseminação do conceito, Valsiner, Branco e Dantas (1997) salientam que “*parenting*” não é traduzível directamente para outras línguas (e.g., Português, Russo, Alemão, Espanhol, entre outras), embora seja um termo utilizado frequentemente na literatura científica. O conceito de “parentalidade” é definido por alguns

¹ Departamento de Educação e Psicologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - rbarroso@utad.pt.

² Escola de Psicologia, Universidade do Minho.

investigadores como sendo o conjunto de “actividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança” (Hoghugh, 2004, p. 5), num ambiente seguro (Reader, Duncan, & Lucey, 2005), de modo a socializar a criança e atingir o objectivo de torná-la progressivamente mais autónoma (Maccoby, 2000). É descrita como uma das tarefas mais complexas, difíceis e com maiores desafios e responsabilidades para o ser humano (Holden, 2010; Kane, 2005). Também Bornstein (2002) refere que apesar das discórdias em relação aos efeitos da parentalidade na criança, esta parece manter-se como a principal tarefa de uma geração (pais), de modo a preparar a segunda geração (filhos) para as situações físicas, económicas e psicossociais com que irão debater-se ao longo do seu ciclo de desenvolvimento.

Os critérios que poderão definir uma parentalidade “suficiente” são socialmente construídos (Reder, Duncan, & Lucey, 2005), uma vez que o conceito tende a depender de impressões subjectivas, crenças culturais (Maitra, 2005) ou preocupações relacionadas com determinados contextos. Estas concepções e práticas da parentalidade são significativamente diferentes de cultura para cultura (Holden, 2010; Keller, Voelker, & Yovsi, 2005), em particular ao nível das distâncias interpessoais e objectivos da socialização (e.g., interdependência vs independência) (Keller, Borke, Yovsi, Lohaus, & Jensen, 2005). Várias investigações verificaram o papel da cultura na construção destas ideias parentais (Holden, 2010; Lightfoot & Valsiner, 1992) e todas elas sublinham que as teorias parentais tendem a ser culturalmente partilhadas e delineadas através de um sistema de crenças culturais. Contudo, embora se considere a existência das diferenças culturais referidas, as pesquisas sobre os processos de parentalidade têm verificado que as dimensões e tarefas estruturais surgidas na relação pais-filhos tendem a permanecer semelhantes (Keller et al, 2005).

2. Dimensões da parentalidade

No seu modelo integrativo dos elementos teóricos da parentalidade, Hoghugh (2004), baseado nos resultados das suas investigações e nas propostas de Bronfenbrenner (1979) e de Belsky (1984), preconiza a existência de onze dimensões da parentalidade. Para além de providenciar uma grelha de avaliação no sentido de determinar as capacidades e competências parentais para efeitos de investigação, este modelo, apresentado esquematicamente na Figura 1, permite também avaliar as práticas parentais. Segundo este modelo, a parentalidade subdivide-se em *Actividades parentais* (conjunto de actividades necessárias para uma parentalidade suficientemente adequada), *Áreas funcionais* (principais aspectos do funciona-

mento da criança) e *Pré-requisitos* (conjunto de especificidades necessárias para o desenvolvimento da actividade parental).

No que concerne às *Actividades parentais*, destacam-se as dimensões de *cuidado*, *disciplina* e *desenvolvimento*. Os seus objectivos são, segundo o autor (Hoghugh, 2004), assegurar a prevenção de adversidades que possam fazer sofrer a criança, assim como promover situações positivas que a ajudem ao longo da sua vida. Desta forma, os pais pretendem garantir a satisfação das necessidades de sobrevivência dos seus descendentes (Bradley, 2007; Macobby, 2000). Os cuidados ao nível físico são traduzidos na garantia de alimentos, protecção, vestuário, higiene, hábitos de sono, assim como a precaução de acidentes ou de doenças preveníveis ou a tomada de acções rápidas para uma resolução eficaz destas situações sempre que ocorram (Reader, Duncan, & Lucey, 2005).

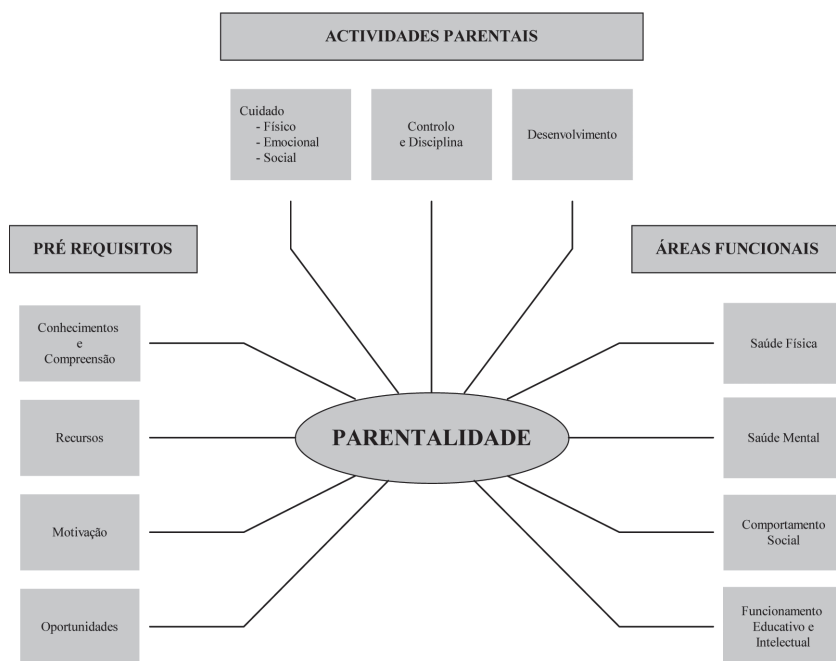


Figura 1. Dimensões da parentalidade. Adaptado de Hoghugh (2004).

Os cuidados emocionais integram comportamentos e atitudes que asseguram o respeito pela criança como indivíduo, a sua percepção de ser estimado e apreciado e, também, oportunidades para que aquela possa gerir os seus riscos e fazer as suas próprias escolhas. Com estes pressupostos aspira-se à criação de uma interacção positiva, consistente e estável entre a criança e o ambiente (físico e interpessoal), facilitando uma vinculação segura e previsível e criando uma orientação optimista em relação a novas experiências (O'Connor, 2006). A qualidade

de vinculação (e.g., segura, insegura ou desorganizada) é concebida como tendo um papel crucial (Kobak, Cassidy, Lyons-Ruth, & Ziv, 2006) no desenvolvimento da criança, assim como a relação afectiva (e.g., carinhosa ou rejeitante) na educação infantil (Zahn-Waxler, Shirtcliff, & Woods, 2006).

214

No que diz respeito aos *cuidados sociais*, último critério deste grupo dimensional, o seu objectivo é garantir que a criança não seja isolada dos seus pares ou adultos significativos no curso do seu desenvolvimento. A este respeito realça-se a ajuda à prole para que esta se torne socialmente competente, bem integrada em casa e na escola e aceite progressivas responsabilidades na execução de tarefas e no relacionamento com os outros.

A dimensão de *controlo e disciplina*, por sua vez, é composta por uma série de actividades relacionadas com a imposição de limites à criança, de forma culturalmente apropriada à sua idade, colocando-se a ênfase no controlo comportamental. Como refere o autor (Hoghugh, 2004), estas implicam todas as actividades que os pais realizam com os seus filhos desde o nascimento, incluindo a incitação parental para a realização de determinadas actividades pela criança, a supervisão desse desempenho e o assegurar de que os seus comportamentos permanecem “dentro de limites razoáveis” (ibidem, p. 8).

Nestas actividades de monitorização comportamental e imposição de limites existe uma interacção entre expectativas culturais e predisposições pessoais dos próprios pais, nomeadamente no que concerne à negociação dos próprios limites. Assim, por exemplo, se o treino de continência urinária ou a ida à escola são comportamentos e actividades “inegociáveis”, outras, como hábitos à mesa e tempo de permanência fora de casa a brincar, são já bastante flexíveis. É em relação à questão da negociação de limites que se salientam frequentemente algumas expectativas hesitantes por parte dos pais em termos do que deve, ou não, ser negociado. Também entre os teóricos existe pouco consenso em relação aos níveis e tipo de limites apropriados que uma criança mais difícil deverá satisfazer, como fazê-la cumprir essas normas e que consequências deverão existir aquando da quebra das regras impostas (Bender et al., 2007).

Em relação às actividades de *desenvolvimento*, estas são guiadas pelos desejos parentais de que a criança realize todo o seu potencial em todas as áreas de funcionamento. Não são consideradas actividades essenciais para a sobrevivência da criança (como no caso dos *cuidados*) ou para o funcionamento social (como na situação de *controlo*), encontrando-se implícitas em todos os actos de encorajamento e criação de novas oportunidades. Incluem-se nas actividades de desenvolvimento a promoção de competências desportivas, artísticas e/ou culturais e também o inculcar de valores (Bradley, 2007; Grusec, 1997) tais como a tolerância, honestidade, coragem e respeito, entre outros.

Na subdivisão do modelo respeitante às *Áreas funcionais* estão envolvidos elementos que se prendem com aspectos do funcionamento da criança que requerem atenção parental. Trata-se da especificação de determinadas tarefas parentais. Como refere o autor (Hoghugh, 2004), a *funcionalidade física* relaciona-se com os aspectos do estado de saúde físico da criança, as suas necessidades de sobrevivência e a optimização do seu bem-estar. O foco da atenção parental é aqui direccionado para a prevenção dos danos e a provisão de oportunidades para um crescimento positivo a este nível. Do mesmo modo, nas tarefas potenciadoras de um bom *funcionamento intelectual*, é requerida aos pais a realização de todas as diligências necessárias para incrementar a aquisição de conteúdos académicos e potenciar as competências educacionais, de trabalho e de resolução de problemas nos seus filhos.

No que diz respeito ao *comportamento social*, Hoghugh (2004) frisa o esforço que os pais devem colocar, no sentido de facilitar o desenvolvimento social infantil. A este nível, realça-se a obtenção de competências de resposta apropriada nos relacionamentos sociais e o reconhecimento e a internalização das normas culturais e legais do comportamento respeitantes a pessoas e propriedades.

Por último, nesta subdimensão do modelo, surgem os elementos relacionados com a *saúde mental*, constituída por pensamentos, sentimentos e comportamentos que a criança manifesta em relação a si própria e aos outros. Estão envolvidas aqui questões clínicas (e.g., depressão ou problemas de comportamento), manifestando-se um impacto significativo das práticas educativas dos progenitores na resiliência da criança.

Finalmente, Hoghugh (2004) integra no seu modelo os *pré-requisitos* necessários para o desenvolvimento da actividade parental, onde se incluem o *conhecimento* e *compreensão*, *motivação*, *recursos* e *oportunidades*. Em relação às duas primeiras, estas prendem-se com as competências parentais para reconhecer as “necessidades” dos seus filhos ao longo do ciclo de vida, podendo passar pela detecção do surgimento de um problema na criança até ao aconselhamento ou encorajamento positivo. Para que isto se verifique, é necessário que os pais compreendam o que é que determinado comportamento ou condição pode significar antes de responderem apropriadamente. Segundo este autor, o *conhecimento* e a *compreensão* são pontos de partida essenciais para que exista um processo parental efectivo, envolvendo reconhecer o estado da criança, interpretá-lo adequadamente e responder de modo ajustado. Nestas tarefas estão envolvidas crenças e competências parentais que parecem ser o resultado dos próprios processos de socialização (Smetana, Campione-Barr, & Metzger, 2006), podendo passar pelos seus conhecimentos sobre questões relacionadas com o desenvolvimento da criança ou adolescente, o envolvimento e familiaridade com o seu filho, a imposição de

normas e limites (Giles-Sims & Lockhart, 2005; Luthar, 2006), até à detecção de situações consideradas de risco, salientando-se aqui a capacidade de compreender os custos de responderem “sim” ou “não” a determinado comportamento de exigência da criança (Hoghughi, 2004).

216

Os pré-requisitos de conhecimento e compreensão estão, de certa forma, interligados com a *motivação*, na medida em que o conhecimento, por si só, poderá ser infrutífero se não for traduzido em acção. O padrão de motivação aqui descrito diz respeito aos desejos e compromissos dos pais em canalizar os esforços necessários para manter e melhorar as condições de socialização da criança. A motivação para a parentalidade prende-se, de um modo positivo ou negativo, com questões ligadas aos papéis sociais e à identidade de cada um dos progenitores (e.g., equilíbrio entre aspirações pessoais e papel parental), exigências profissionais e aceitação da responsabilidade e correspondente autoridade em relação à criança. Outros aspectos incluídos neste ponto prendem-se com a subsistência e equilíbrio económico ou com factores culturais ou de assimilação de outras culturas.

Em relação aos *recursos* como um dos pré-requisitos para um bom desempenho da actividade parental, Hoghughi (2004) refere as qualidades parentais (abordagem interactiva com a criança, sublinhando-se eventuais traços de personalidade na manifestação deste comportamento), as competências parentais (adquiridas de modo formal, por exemplo, através de programas parentais e informal, recebidas, por exemplo, pelas suas próprias experiências ou observando outros pais), as redes sociais (presença, envolvimento e responsividade dos outros, sendo eles amigos, vizinhos ou familiares) e os recursos materiais (recursos económicos necessários para a subsistência e para o desenvolvimento da criança).

Finalmente, no que diz respeito às *oportunidades*, Hoghughi (2004) realça certos condicionantes que acabam por ter grande impacto em toda a parentalidade. Entre elas inclui-se o tempo necessário para que os pais exerçam da melhor forma as suas actividades parentais, nas quais se inserem as situações resultantes da necessidade contemporânea de envolvimento profissional de ambos os elementos do casal, o qual por vezes acarreta um menor tempo despendido com os filhos.

Com a descrição das diferentes condições que envolvem, ou deverão envolver, o processo e actividade parental, recorrendo unicamente ao modelo dimensional da parentalidade proposto por Hoghughi (2004), foi possível observar a complexidade envolvida no processo educacional de uma criança. Uma vez que é humanamente impossível as crianças desenvolverem-se sozinhas, os pais constituem o seu meio de crescimento. No entanto, vários factores condicionam, e podem até comprometer, os comportamentos parentais. Passaremos agora a explorar teoricamente os determinantes envolvidos neste processo.

3. Determinantes da parentalidade

Compreender porque é que certos indivíduos parecem ser mais adequados na realização efectiva da parentalidade, enquanto outros têm maiores dificuldades, é uma questão teórica que tem preocupado alguns investigadores e cujas respostas têm implicações ao nível da intervenção e da prevenção (Holden, 2010; O'Connor, 2002). Na análise desta temática tem-se procurado discriminar diversas características individuais e sociais, de modo a obter uma melhor compreensão e abordagem ao processo em estudo. O termo *determinante(s)* refere-se a qualquer factor demográfico e psicológico que se encontre correlacionado com o comportamento parental (Belsky, 1990) e, assim, poderá ser usado para o prever. Segundo alguns autores (Belsky & Jafee, 2006; Belsky & Vondra, 1989; Luster & Okagaki, 2005; Reader, Duncan, & Lucey, 2005) existem múltiplos determinantes do comportamento dos pais, entre os quais circunstâncias individuais, históricas e sociais que se encontram combinadas e que parecem influenciar o funcionamento parental. Muitos dos estudos sobre estas características procuraram as suas bases teóricas nas investigações sobre maus tratos a menores (Luster & Okagaki, 2005). O racional teórico subjacente é o de que os maus-tratos são uma marca da fraca qualidade dos cuidados, sendo considerados o ponto extremo negativo do cuidado parental. Isto é, o cuidar inconsistente (no qual o conceito de maus tratos se insere) e a parentalidade sensível representam os pontos opostos no *continuum* do processo de parentalidade (Sherifali & Ciliska, 2006). Deste modo, os mesmos determinantes da parentalidade que influenciam os maus tratos e o abuso da criança agem também sobre o processo parental que se poderá considerar como funcionamento normal e saudável (Belsky & Vondra, 1985, cit. in Sherifali & Ciliska, 2006). Para Belsky (1984; 2005; Belsky & Jafee, 2006), a análise dos processos parentais que se encontram presentes nas situações de maus tratos poderá permitir uma melhor compreensão do fenómeno e responder à questão: *porque que é que os pais actuam da forma como actuam?* Em sucessivas tentativas de resposta a esta questão, os estudos procuram encontrar bases explicativas em diversos quadrantes, atendendo, em grande parte, ao paradigma biopsicossocial. Na sua maioria, as investigações têm considerado o comportamento parental como decorrente de variáveis ambientais. Alguns estudos recentes têm, contudo, verificado experimentalmente as influências genéticas em pelo menos parte das diferenças individuais no exercício da parentalidade. Neste sentido, o estudo pioneiro de Lucht e colaboradores (2006) sugeriu a existência de uma base genética para os processos de vinculação e parentalidade, embora nesta investigação só para os sujeitos do sexo feminino, estando os sistemas neurotransmissores da Dopamina (geralmente envolvida na modulação do comportamento social) e do GABA (associado aos mecanismos de vinculação) envolvidos nestes processos. Especificamente, estes autores verificaram que os genótipos DRD2 (E8) e GABRA6 (Pro385Ser) se encontravam associados a formas negativas de parentalidade,

nomeadamente à rejeição parental e à sobreprotecção parental. Na medida em que a vertente biológica não deve ser descurada quando analisamos o comportamento humano (Plomin & Crabbe, 2000), este estudo acrescenta informações importantes aos modelos de análise dos determinantes na parentalidade.

No entanto, é ao nível socio-contextual e ecológico que se posicionam os modelos teóricos mais examinados pelas investigações. Belsky e Jafee (2006), numa recente revisão dos fundamentos teóricos iniciais do modelo socio-contextual da parentalidade (Belky, 1984; Belsky & Vondra, 1989), destacam os determinantes que parecem influenciar as práticas parentais, através de um modelo teórico cujas características poderão ser observadas na Figura 2. Este modelo presume que a parentalidade é directamente influenciada por três determinantes: factores individuais dos pais (e.g., personalidade e psicopatologia), por características individuais da criança (e.g., temperamento) e por factores do contexto social alargado onde a relação pais-criança se encontra estabelecida (e.g., relações maritais, ocupação profissional parental, redes de suporte social). Assim, o modelo assume que as histórias desenvolvimentais dos pais, o seu relacionamento conjugal e a sua posição profissional influenciam as suas personalidades e estado psicopatológico, que, por sua vez, afectam o processo de parentalidade e este, consequentemente, tem efeitos no desenvolvimento infantil. Do mesmo modo, o funcionamento psicológico parental, promovido em parte pela sua história desenvolvimental, influencia directa e indirectamente as relações maritais, o funcionamento das redes sociais e as próprias experiências ocupacionais. Para além de todos estes factores, que se mantêm desde o modelo inicial, Belsky e Jafee (2006) destacam nesta revisão teórica, ao nível social e contextual, a importância da vizinhança e da comunidade no desempenho do papel parental.

Numa análise mais aprofundada dos conteúdos teóricos deste modelo, podemos verificar que a inclusão das características da criança como um factor determinante no processo de parentalidade se deve ao facto de se ter em conta os estudos que indicam que um temperamento difícil por parte da criança (e.g., maior negatividade, irritabilidade persistente ou pouca sociabilidade) tende a suscitar nos pais um comportamento menos responsivo, com maior hostilidade e, por vezes, com menor sensibilidade às necessidades da criança (Huh, Tristan, Wade, & Stice, 2006). Belsky (1984) sublinha que não são as características da criança, por si só, que influenciam directamente a parentalidade, mas sim a compatibilidade ou conformidade entre as características da criança e dos pais.

Já em relação às características individuais parentais, o modelo de Belsky (1984; Belsky & Jafee, 2006) alude ao facto de que certos factores da personalidade dos elementos parentais facilitam a parentalidade, salientando, em função dos estudos feitos até ao momento, que um progenitor que apresente poucos traços

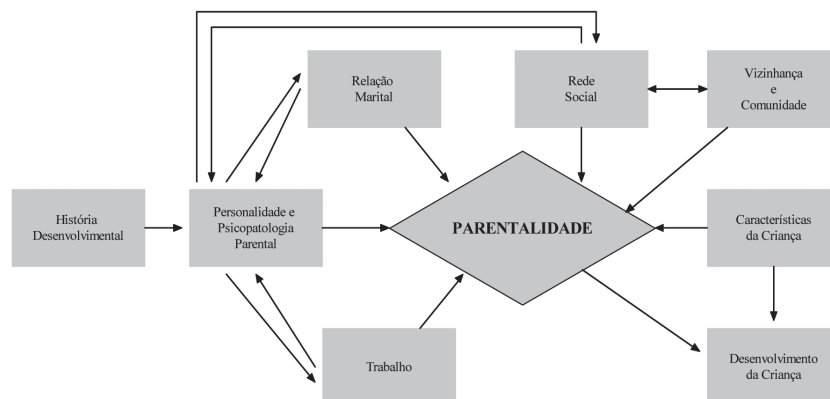


Figura 2. Modelo de Belsky: determinantes da parentalidade. Adaptado de Belsky (1984), Belsky e Vondra (1989) e Belsky e Jafee (2006).

Segundo os estudos mais recentes dos modelos de cognição social (Bugental & Happaney, 2004; Bugental & Johnston, 2000), a personalidade influi na parentalidade através das atribuições. Assim, baseados nas suas experiências de vida, os indivíduos tendem a desenvolver esquemas cognitivos e afectivos que medeiam as respostas que pretendem da criança ou as respostas ao comportamento apresentado por aquela (Milner, 2003). As experiências desenvolvimentais têm um papel fulcral neste modelo teórico, evidenciando-se que as próprias experiências parentais durante a infância influenciam os comportamentos dos pais, os seus traços de personalidade e o seu bem-estar psicológico.

Como terceiro determinante do processo de parentalidade, ao nível dos factores socio-contextuais, os autores referem que a ocupação profissional, a rede de suporte social e as características estruturais da vizinhança e comunidade em que o núcleo familiar está integrado providenciam e determinam certos comportamentos na actividade parental. No que diz respeito à relação marital, Belsky e Jafee (2006) acentuam a associação entre *stress* marital e desenvolvimento funcional da criança através dos processos relacionais entre esta e os pais, em particular os efeitos da tensão, raiva e conflito, na linha dos resultados obtidos por Davies, Sturge-Apple e Cummings (2004). Num estudo efectuado com cinquenta e uma diádes com filhos em idade escolar, Papp, Goeke-Morey e Cummings (2004) verificaram os efeitos prejudiciais de um funcionamento conjugal negativo no equilíbrio psicológico da criança e, para além disso, observaram que, para mães mas não

para pais, a combinação de insatisfação com a relação marital com a presença de altos níveis de psicopatologia, ampliava os efeitos negativos no ajustamento psicológico da criança. De igual modo, mais recentemente, Houseknecht e Hango (2006) verificaram o impacto negativo da conflituosidade marital na saúde física e mental da criança. Também ao nível da empregabilidade os estudos apontam para efeitos substanciais no ambiente familiar com impacto no desenvolvimento da criança, destacando-se a influência da condição de desemprego como forte preditor da ocorrência de abuso físico em menores (Coohey, 2006). Mantendo-se na linha argumentativa de Belsky (1984; Belsky & Jafee, 2006) e tendo como base uma recente revisão da literatura, Freisthler, Merritt e LaScala (2006) chamam a atenção para o impacto do meio comunitário e de vizinhança nos processos de parentalidade, frisando a importância da coesão e organização social e da presença de redes de suporte formal e informal na prevenção de ambientes perigosos e de risco.

Os estudos têm assim vindo a demonstrar que experiências desenvolvimentais positivas parecem dar origem a um desenvolvimento estável da personalidade e, desta forma, a um funcionamento familiar positivo, em particular nas relações maritais e nas interações pais-filhos. Através deste processo, o desenvolvimento familiar é promovido. Neste sentido, a ocorrência de congruência entre as características da criança e dos seus pais, assim como a ocorrência de estabilidade profissional e comunitária, sustentam e promovem a estabilidade parental e dos descendentes, diminuindo o *stress* na vida quotidiana. Para Belsky, o modelo em análise é dinâmico e moderador, possibilitando a observação dos sistemas de protecção de ameaças ao processo de parentalidade. A parentalidade óptima é definida como um estado dinâmico que poderá variar em grau entre os três determinantes da parentalidade (características da criança, dos pais e do contexto), em função do que permitir uma melhor qualidade de cuidados à criança (Belsky, 1984) nesse momento. Convém destacar, em relação à sua influência no processo de parentalidade, que os três determinantes não possuem o mesmo peso no estabelecimento e manutenção do sistema. Belsky (1984) acredita que o determinante mais crucial são as características parentais (em termos de recursos pessoais e psicológicos), seguido das fontes sociais e contextuais de apoio e, por fim, das características da criança. Neste sentido, Belsky (1984) refere que um alto funcionamento parental continuará a ocorrer mesmo se dois dos três determinantes estiverem em risco, desde que os recursos pessoais e psicológicos parentais permaneçam intactos.

Kotchick e Forehand (2002), numa apreciação crítica ao modelo inicial de Belsky (1984), reforçam igualmente a existência de múltiplos factores que moldam as práticas parentais mas consideram de maior importância o contexto social onde a família actua. Deste modo, chamam a atenção para factores fora da família tais

como os riscos e recursos da comunidade, a qualidade da vizinhança, a pobreza e os costumes culturais e étnicos, e não apenas o suporte social alargado a que Belsky (1984; Belsky & Vondra, 1989) inicialmente se referia. Assim, a partir do modelo ecológico da parentalidade descrito nos trabalhos de Luster e Okagaki (1993), reactualizado recentemente (Luster & Okagaki, 2005), que pode ser observado graficamente na Figura 3, Kotchick e Forehand (2002) destacam os efeitos que o contexto social promove no processo de parentalidade, em particular os efeitos da etnicidade e da cultura, do estatuto socio-económico e do ambiente comunitário e de vizinhança.

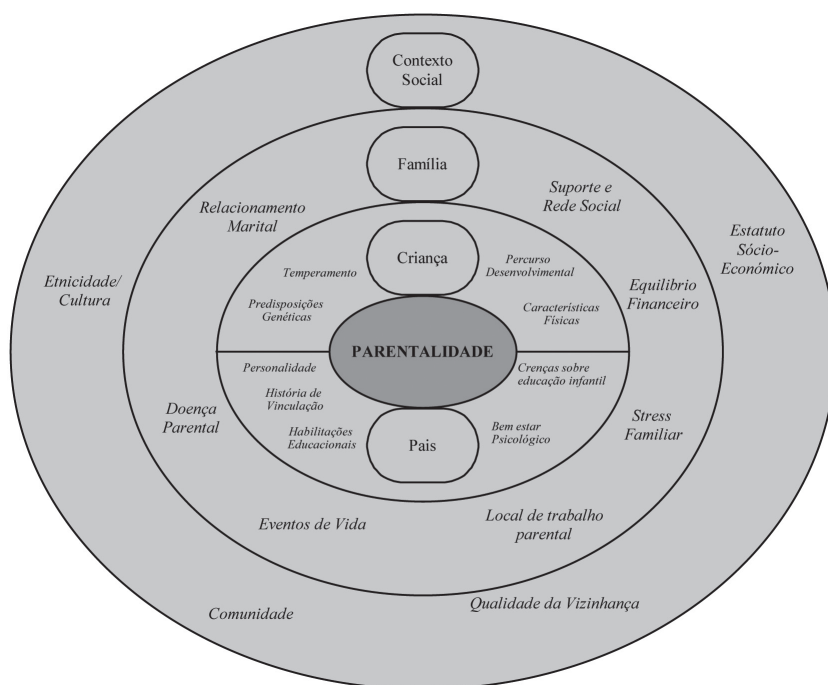


Figura 3. Modelo ecológico da parentalidade. Adaptado de Kotchick e Forehand (2002) e Luster e Okagaki (2005).

Em relação ao factor cultural e étnico, diferentes estudos fazem notar que os modelos familiares incorporam diversas variações culturais, nomeadamente ao nível das crenças (Miranda, Bernal, Lau, Kohn, Hwang, & LaFromboise, 2005) sobre as competências julgadas necessárias para a sobrevivência e o sucesso das crianças (Ogbu, 1981; Forehand & Kotchick, 2002). Na perspectiva ecológico-cultural de Ogbu (1995), delineada segundo estudos antropológicos dos propósitos parentais, a cultura afecta o comportamento parental determinando as competências parentais e da criança que são consideradas necessárias para a sobrevivência e sucesso. O objectivo do comportamento parental em determinada cultura é

desenvolver essas mesmas competências. Para este autor, as práticas parentais poderão ser determinadas em função da disponibilidade dos recursos ambientais que facilitam o desenvolvimento das competências culturalmente valorizadas ou, também, pelas teorias populares implícitas sobre as práticas educativas parentais a adoptar de forma a atingir com sucesso os comportamentos infantis culturalmente valorizados. Nesta linha de pensamento, Goldstein (1998), tendo efectuado um estudo no Brasil sobre os efeitos da punição corporal, com um conjunto de mães habitantes em favelas do Rio de Janeiro e cujas práticas punitivas ocorriam de um modo sistemático, comenta: “a sua disciplina é dura, mas ela está a tentar assegurar que as crianças tenham certas competências, assim como atitudes de obediência, humildade e subserviência, necessárias para que um sujeito negro pobre possa sobreviver no Brasil urbano” (p. 411). Assim, a cultura e a etnicidade tendem a delinear a forma como as pessoas pensam, se comportam, tomam decisões e definem eventos e experiências, entre as quais a sua parentalidade (Murry, Kotchick, Wallace, Ketchen, Eddings, Heller, & Collier, 2004). Num estudo qualitativo sobre a percepção e compreensão parental em relação à cultura em que os seus filhos se encontram envolvidos e onde se desenvolvem (Sidebotham & ALSPAC Study Team, 2001) é possível observar que os pais, embora possuindo uma visão positiva dos seus filhos, percebem a parentalidade como um processo *stressante*, sendo áreas proeminentes de *stress* as pressões exercidas pelo contexto laboral, a expectativa de que as crianças necessitam de ser activas e realizadas, as pressões financeiras e o impacto do consumismo nas famílias.

No que diz respeito aos efeitos da situação de pobreza e do estatuto socio-económico da família nas práticas educativas, alguns estudos têm demonstrado a associação negativa que predomina nesta relação (Leventhal, Fauth, & Brooks-Gunn, 2005), nomeadamente em famílias monoparentais. Kotchick e Forehand (2002) destacam um conjunto de estudos que permitem compreender o processo de acção envolvido, em particular o efeito ao nível do constrangimento dos recursos emocionais parentais, resultando por diversas vezes em problemas de funcionamento psicológico (Eby, Maher, & Butts, 2009) que, por sua vez, têm repercussões na parentalidade. Mais recentemente, Flouri, Tzavidis e Kallis (2009), comparando os efeitos contextuais (vizinhança e família) na psicopatologia infantil, numa amostra de 9630 crianças pertencentes a 6052 famílias, verificaram que ambos possuem influência a esse nível. No entanto, os efeitos na psicopatologia da criança parecem surgir mais devido aos múltiplos riscos familiares independentemente do estatuto socioeconómico (Flouri, Tzavidis, & Kallis, 2009). Para Cicchetti e Garmezi (1993) a resiliência em ambientes sociais de privação económica poderá ser promovida quando os actores envolvidos têm acesso a recursos pessoais, familiares e comunitários que atenuem os efeitos decorrentes dessa desvantagem económica. No entanto, neste sentido, Buckner,

Mezzacappa e Beardslee (2003) afirmam a necessidade de incrementar competências de auto-regulação e de auto-estima, assim como de fomentar uma maior monitorização parental. Estas indicações relacionam-se também com a qualidade da comunidade e da vizinhança em que a família se encontra envolvida (He-Len & Steinberg, 2006), sugerindo alguns estudos (Kotchick & Forehand, 2002) que uma parentalidade que enfatiza o controlo, monitorização e supervisão da criança, assim como expectativas elevadas de obediência e respeito à autoridade, tende a ser substancialmente adaptativa para crianças que se desenvolvem em meios comunitários desfavorecidos ou considerados de risco. O contexto comunitário tem vindo assim a demonstrar-se de tal forma basilar que, após uma extensa revisão da literatura, Shinn e Toohey (2003) denominam de “erro de minimização contextual” (p. 428) a tendência para ignorar o impacto dos contextos de vizinhança e comunitários no comportamento humano, com manifestas consequências adversas na compreensão dos processos psicológicos. Sobre esta matéria, especificamente sobre a influência deste factor no processo de parentalidade, Caughy, Brodsky, O’Campo e Aronson (2001), quando pretenderam avaliar as influências comunitárias na percepções que os pais tinham da sua parentalidade, verificaram que as características individuais dos pais passavam rapidamente para segundo plano quando comparadas com as características dessa comunidade.

4. Efeitos da parentalidade no desenvolvimento da criança

Cabe, por fim, discutir o impacto da parentalidade e dos factores ambientais no ajustamento psicológico da criança, sendo este um tema que é objecto de profundas controvérsias e de uma grande variedade de estudos (Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington, & Bornstein, 2000; 2001). Com uma longa tradição teórica, a importância dos pais no processo de socialização da criança é realçada em diversos estudos (Barber, Stolz, & Olsen, 2005; Kotchick & Forehand, 2002; Luster & Okagaki, 2005; Maccoby, 2000; O’Connor, 2002; Parke, 2004). Recentemente, contudo, através da abordagem genética comportamental, têm surgido indicações discordantes, sugerindo um maior pendor dos factores externos à família (Evans, 2006; Harris, 1995; 2000; 2002) no processo de socialização das crianças, como por exemplo o grupo de pares, a vizinhança ou a própria hereditariedade. A principal crítica destes últimos estudos centra-se no facto de muitas das observações que demonstram a influência dos pais no desenvolvimento infantil serem de cariz correlacional, o que apenas permite estabelecer a ocorrência de determinada interacção e não a verificação de relações causais (Harris, 1995, 2000). Belsky e Jafee (2006), a este respeito, sublinham que as verificações científicas que decorrem de estudos correlacionais pretendem, antes de mais, aclarar potenciais processos causais, e não propriamente confirmá-los como tal. Em síntese, ainda que diversos

estudos indiquem uma ligação entre práticas educativas e ajustamento psicológico nos descendentes, o facto é que a direcionalidade da ligação permanece dúbia. Dado o *design* correlacional que a maioria das investigações efectuadas a este nível utiliza, torna-se pouco claro se são as práticas educativas que afectam o ajustamento psicológico dos descendentes, se são os comportamentos destes que afectam as práticas educativas, ou ambos. No entanto, os resultados de vários estudos longitudinais sugerem que as práticas educativas continuam a ter um peso significativo no ajustamento psicológico dos filhos, evidenciando-se uma forte complexidade dos mecanismos presentes neste processo (Maccoby, 2000).

5. Conclusão

Neste artigo, procurámos conceptualizar, fundamentar e contextualizar teoricamente o processo parental. Este processo compreende um conjunto de circunstâncias sociais e interpessoais. Como referem Wekerle, Miller, Wolfe e Spindel (2006), actualmente, para compreendermos as problemáticas que podem surgir na interacção entre a criança e os seus cuidadores (e.g., maus-tratos), teremos de reconhecer o impacto das dificuldades parentais em providenciar à criança cuidado, conforto, disponibilidade e orientação. Deste modo, o modelo de Hoghughi (2004) permite-nos sistematizar e ter uma noção das dimensões presentes no desempenho da parentalidade, evidenciando as diferentes tarefas exigidas aos cuidadores de forma a assegurar o desenvolvimento da criança. No momento seguinte, o modelo de Belsky (1984, 2005, 2006; Belsky & Vondra, 1989) facultou-nos a observação dos determinantes da parentalidade, focando as circunstâncias individuais, históricas e sociais que influenciam o comportamento parental, nas quais, por exemplo, as práticas disciplinares se inserem. Os aspectos centrais desta teoria e as dinâmicas funcionais entre os vários determinantes apresentados permitem compreender os processos envolvidos. Ainda que a mais recente reatualização do modelo de Belsky (Belsky & Jafee, 2006) tenha já em consideração os aspectos sociais e comunitários, o modelo ecológico da parentalidade, conforme a descrição de Luster e Okagaki (1993, 2005), permite uma melhor análise e enquadramento do contexto social na parentalidade, em particular ao nível da contextualização das crenças e heranças culturais nos comportamentos parentais.

Destacamos, no entanto, que a grande maioria dos estudos conduzidos e aqui apresentados têm sido feitos com famílias tradicionais, designação esta que tende a compreender uma mãe e um pai que educam um descendente biológico. Como referem alguns autores (Holden, 2010), torna-se necessário aprofundar mais os conhecimentos em relação aos processos parentais das denominadas famílias não tradicionais (e.g. monoparentalidade, avós como pais, homoparentalidade,

famílias de acolhimento, famílias adotivas). Sublinhamos que nos referimos exclusivamente às eventuais diferenças nos processos parentais, uma vez que, em relação aos efeitos, os resultados dos estudos tornam claro que a estrutura da família, a orientação sexual dos pais ou a posição biológica em relação à criança, não implica diferenças em relação a famílias tradicionais (Holden, 2010). Os estudos tendem a verificar que a questão central parece colocar-se na forma como os membros da família interagem (Holden, 2010). Este será, portanto, um dos desafios que se colocam à investigação dos processos parentais.

Referências bibliográficas

- Barber, B., Stolz, H., & Olsen, J. (2005). Introduction. Parental support, psychological control, and behavioral control: Assessing relevance across time, culture, and method. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 70, 1-13.
- Belsky, J. (2005). Social-contextual determinants of parenting. In R. E. Tremblay, R. G. Barr, & R. V. Peters (Eds.), *Encyclopaedia on early childhood development* (pp.1-6). Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development. Retirado de <http://www.child-encyclopedia.com/en-ca/parenting-skills/according-to-experts/belsky.html>.
- Belsky, J. & Jaffee, S. (2006). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology* (pp.38-77). 2ª ed. New York: Wiley.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 413-434.
- Belsky, J. & Vondra, J. (1989). Lessons from child abuse: the determinants of parenting. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Current research and theoretical advances in child maltreatment* (pp. 153-202). Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Belsky, J. & Vondra, J. (1985). Characteristics, consequences and determinants of parenting. In L. L'Abate (Ed.), *Handbook of family psychology* (pp. 523-556). Homewood, IL: Dow Jones-Irwin.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 83-96.
- Bender, H. L., Allen, J. P., McElhaney, K. B., Antonishak, J., Moore, C. M., Kelly, H. O., & Davis, S. M. (2007). Use of harsh physical discipline and developmental outcomes in adolescence. *Development and Psychopathology*, 19, 227-242.
- Bornstein, M. (2002). Preface. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (Vol. 3, pp. xv-xvii). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bradley, R.H. (2007). Parenting in the breach: How parents help children cope with developmentally challenging circumstances. *Parenting: Science & Practice*, 7, 99-148.
- Bronfenbrenner, U. (1979), *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Buckner, J., Mezzacappa, E., & Beardslee, W. (2003). Characteristics of resilient youths living in poverty: The role of self-regulatory processes. *Development and Psychopathology*, 15, 139-162.

- Bugental, D. B. & Happaney, K. (2004). Predicting infant maltreatment in low-income families: the interactive effects of maternal attributions and child status at birth. *Developmental Psychology, 40*, 234-243.
- Bugental, D. B. & Johnston, C. (2000). Parental and child cognitions in the context of the family. *Annual Review of Psychology, 51*, 315-344.
- Caughy, M. O., Brodsky, A. E., O'Campo, P. J., & Aronson, R. (2001). Perceptions of parenting: individual differences and the effects of community. *American Journal Community Psychology, 29*, 679-699.
- Cicchetti, D. & Garmezy, N. (1993). Prospects and promises in the study of resilience. *Development and Psychopathology, 5*, 497-502.
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M., & Bornstein, M. H. (2001). Toward nature WITH nurture. *American Psychologist, 56*, 171-173.
- Collins, W. A., Maccoby, E., Steinberg, L., Hetherington, E., & Bornstein, M. (2000). Contemporary research on parenting: the case for nature and nurture. *American Psychologist, 55*, 218-232.
- Coohy, C. (2006). Physically abusive fathers and risk assessment, *Child Abuse & Neglect, 30*, 467-480.
- Davies, P. T., Sturge-Apple, M. L., & Cummings, E. M. (2004). Interdependencies among interparental discord and parenting practices: The role of adult vulnerability and relationship perturbations. *Development and Psychopathology, 16*, 773-797.
- Eby, L. T., Maher, C. P., & Butts, M. M. (2009). The intersection of work and family life: the role of affect. *Annual Review of Psychology, 61*, 599-622. doi: 10.1146/annurev-psych.093008.100422
- Evans, G. (2006). Child development and the physical environment. *Annual Review of Psychology, 57*, 423-451.
- Flouri, E., Tzavidis, N., & Kallis, C. (2009). Area and family effects on the psychopathology of the Millennium Cohort Study children and their older siblings. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 51*, 152-161. doi: 10.1111/j.1469-7610.2009.02156.x
- Forehand, R. & Kotchick, B. (1996). Cultural diversity: A wake-up call for parent training. *Behavior Therapy, 27*, 187-206.
- Freisthler, B., Merritt, D., & LaScala, E. (2006). Understanding the ecology of child maltreatment: a review of the literature and directions for future research. *Child Maltreatment, 11*, 263-280.
- Giles-Sims, J. & Lockhart, C. (2005). Culturally shaped patterns of disciplining children. *Journal of Family Issues, 26*, 196-218.
- Goldstein, D. (1998). Nothing bad intended: child discipline, punishment, and survival in a Shanty town. In N. Scheper-Hughes & C. Sargeant (Eds), *Small wars: The cultural politics of childhood* (pp. 389-415). Berkeley: University of California Press.
- Grusec, J. E. (1997). A history of research on parenting strategies and children's internalization of values. In J. E. Grusec & L. Kuczynski (Eds.), *Parenting and children's internalization of values* (pp. 3-22). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Harkness, S. & Super, C. M. (1994). Developmental niche: a theoretical framework for analyzing the household production of health. *Social Science and Medicine, 38*, 219-226.
- Harris, J. R. (1995). Where is the child's environment? A group socialization theory of development. *Psychological Review, 102*, 458-489.
- Harris, J. R. (2000). Socialization, personality development, and the child's environments: comment on Vandell (2000). *Developmental Psychology, 36*, 711-723.

- Harris, J. R. (2002). Beyond the nature assumption: testing hypotheses about the child's environment. In J. G. Borkowski, S. L. Ramey & M. Bristol-Power (Eds.), *Parenting and the child's world: influences on academic, intellectual and social-emotional development* (pp. 3-20). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- He Len, C. & Steinberg, L. (2006). Relations between neighbourhood factors, parenting behaviors, peer deviance, and delinquency among serious juvenile offenders. *Developmental Psychology, 42*, 319-331.
- Hoghugh, M. (2004) Parenting: an introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: theory and research for practice*. (pp. 1-18). London: Sage.
- Holden, G. W. (2010). *Parenting: a dynamic perspective*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Houseknecht, S. K. & Hango, D. W. (2006). The impact of marital conflict and disruption on children's health. *Youth & Society, 38*, 58-89.
- Huh, D., Tristan, J., Wade, E., & Stice, E. (2006). Does problem behavior elicit poor parenting? A prospective study of adolescent girls. *Journal of Adolescent Research, 21*, 185-204.
- Kane, M. (2005). *Contemporary issues in parenting*. New York: Nova Science Publishers.
- Keller, H., Borke, J., Yovsi, R. D., Lohaus, A., & Jensen, H. (2005). Cultural orientations and historical changes as predictors of parenting behaviour. *International Journal of Behavioral Development, 29*, 229-237.
- Keller, H., Voelker, S., & Yovsi, R. D. (2005). Conceptions of parenting in different cultural communities. The case of West African Nso and Northern German women. *Social Development, 14*, 158-180.
- Kobak, R., Cassidy, J., Lyons-Ruth, & Ziv, Y. (2006). Attachment, stress, and psychopathology: a developmental pathways model. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology, Vol 1: Theory and method* (2nd ed.). (pp. 333-369). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Kotchick, B. & Forehand, R. (2002). Putting parenting in perspective: a discussion of the contextual factors that shape parenting practices. *Journal of Child and Family Studies, 11*, 255-269.
- Leventhal, T., Fauth, R., & Brooks-Gunn, J. (2005). Neighbourhood poverty and public policy: a 5-year follow-up children's educational outcomes in the New York city moving opportunity demonstration. *Developmental Psychology, 41*, 933-952.
- Lightfoot, C. & Valsiner, J. (1992). Parental belief systems under the influence: Social guidance of the construction of personal cultures. In I. Sigel, A. McGillicuddy-DeLisi, & J. Goodnow (Eds.), *Parental belief systems: The psychological consequences for children* (pp. 393-414). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Lucht, M., Barnow, S., Schroeder, W., Grabe, H. J., Finckh, U., John, U., Freyberger, H. J., & Herrmann, F. H. (2006). Negative perceived paternal parenting is associated with dopamine D2 receptor exon 8 and GABA(A) Alpha 6 receptor variants: an explorative study. *American Journal of Medical Genetics Part B (Neuropsychiatric Genetics), 141B*, 167-172.
- Luster, T. & Okagaki, L. (2005). *Parenting: an ecological perspective* (2nd ed). Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Luthar, S. S. (2006). Resilience in development: a synthesis of research across five decades. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology, Vol 1: Theory and method* (2nd ed.). (pp.739-795). Hoboken: John Wiley & Sons.

- Maccoby, E. (2000). Parenting and its effects on children: on reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology*, 51, 1-27.
- Maitra (2005). *Studies in the assessment of parenting*. Florence: Routledge.
- Miranda, J., Bernal, G., Lau, A., Kohn, L., Hwang, W-C., & LaFromboise, T. (2005). State of the science on psychosocial interventions for ethnic minorities. *Annual Review of Clinical Psychology*, 1, 113-142.
- Murry, V. M., Kotchick, B., Wallace, S., Ketchen, B., Eddings, K., Heller, L., & Collier, I. (2004). Race, culture, and ethnicity: implications for a community intervention. *Journal of Child and Family Studies*, 13, 81-99.
- O'Connor, T. (2002). Annotation: The "effects" of parenting reconsidered: findings, challenges and applications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, 555-572.
- O'Connor, T. (2006). The persisting effects of early experiences on psychological development. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology, Vol 3: Risk, disorder and adaptation* (2nd ed.) (pp. 202-234). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Ogbu, J. (1995). Origins of human competence: A cultural-ecological perspective. In N. R. Goldberger & J. B. Veroff (Eds.), *The culture and psychology reader* (pp. 245-275). New York: New York University Press.
- ONU/UNICEF (1990). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. New York: UNICEF. Retirado de http://www.unicef.pt/doc/pdf_pub/convencao_direitos_crianca2004.pdf.
- Papp, L., Goeke-Morey, M., & Cummings, E. M. (2004). Mothers' and fathers' psychological symptoms and marital functioning: examination of direct and interactive links with child adjustment. *Journal of Child and Family Studies*, 13, 469-482.
- Parke, R. D. (2004). Development in the family. *Annual Review of Psychology*, 55, 365-399.
- Plomin, R. & Crabbe, J. (2000). DNA. *Psychological Bulletin*, 126, 806-828.
- Reader, P., Duncan, S., & Lucey, C. (2005). *Studies in the assessment of parenting*. Florence: Routledge.
- Ribas, R., Moura M. L., Soares, I., Gomes, A., & Bornstein, M. (2003). Socioeconomic status in Brazilian psychological research: II. Socioeconomic status and parenting knowledge. *Estudos de Psicologia*, 8, 385-392.
- Sherifali, D. & Ciliska, D. (2006). Parenting children with diabetes and Belsky's determinants of parenting model: literature review. *Journal of Advanced Nursing*, 55, 636-642.
- Shinn, M., & Toohey, S. M. (2003). Community contexts of human welfare. *Annual Review of Psychology*, 54, 427-459.
- Sidebotham, P. & ALSPAC Study Team (2001). Culture, stress and the parent-child relationship: a qualitative study of parents' perceptions of parenting. *Child: Care, Health and Development*, 27, 469-485.
- Valsiner, J., Branco, A., & Dantas, C. (1997). Co-construction of human development: heterogeneity within parental belief orientations. In J. Grusec & L. Kuczynski (Eds.), *Parenting and children's internalization of values* (pp.283-306). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Wekerle, C., Miller, A. L., Wolfe, D. A., & Spindel, C. B. (2006). *Childhood maltreatment*. Cambridge: Hogrefe & Huber Publishers.
- Zahn-Waxler, C., Crick, N. R., Shirtcliff, E. A., & Woods, K. E. (2006). The origins and development of psychopathology in females and males. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology, Vol 1: Theory and method* (2nd ed.) (pp. 76-138). Hoboken: John Wiley & Sons.

Definitions, dimensions and determinants of parenting

It is expected that parents / caregivers facilitate the development of their offspring on the physical, psychological and social levels. The tasks required for this process were designated as “parenting”, that is, the way (process) as the parents / caregivers take care of their child. However, some factors may restrict, and even compromise, these behaviors and tasks. This article presents these dimensions and determinants of parenting, providing a framework of analysis and evaluation of parenting skills for purposes of research and intervention.

KEY-WORDS: Parenting; Parental practices; Child development.

Définitions, dimensions et déterminants de la parentalité

On s’attend à ce que les parents / tuteurs facilitent le développement de leur progéniture sur le plan physique, psychologique et social. On nomme « parentalité » à l’ensemble des tâches nécessaires à cet effet, c’est à dire, à la pratique ou l’enseignement supérieur, à la façon (processus) dont les parents et gardiens d’enfants prennent soin de leur enfant. Cependant, certains facteurs peuvent restreindre, et même compromettre, ces comportements et ces tâches. Cet article essaie de présenter ces dimensions et déterminants de la parentalité, fournissant un cadre d’analyse et d’évaluation des compétences et des habiletés parentales pour la recherche et l’intervention.

MOTS-CLES: Parentalité, Pratiques parentales, Développement de l’enfant.